

Redacção, Administração e Tipografia
CALÇADA DO COMBRO, 38-A, 2.º andar
LISBOA—PORTUGAL
TELEFONE 539 TRINDADE
Officinas de Impressão e Estereotipia
RUA DA ATALAIA, 114 e 116
Este jornal não se publica às segundas-feiras—Não se devolvem os originais—Dos artigos publicados são responsáveis os seus autores.

A BATALHA

Director: JOSE S. SANTOS ARRANHA
Editor: CARLOS MARIA COELHO
Propriedade da CONFEDERAÇÃO
GERAL DO TRABALHO
Aderente à Associação Internacional
dos Trabalhadores
Assinatura: Incluindo o suplemento se-
manal, Lisboa, mês 9850; Província, 3 me-
ses 28500; Africa Portuguesa, 6 me-
ses 66000; Estrangeiro, 6 meses 102000
PAGAMENTO ADIANTADO

PREÇO 30 CENTAVOS—ANO VIII—N.º 2340

DIÁRIO DA MANHÃ

PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

DOMINGO, 18 DE JULHO DE 1925

Um perigoso incitamento à ditadura fascista

A *Informação*, jornal cujo aparecimento, sob o ponto de vista gráfico e redactorial, assinalamos noutro lugar, não vem embuçada, nem se dissimula em subtilezas. Diz francamente, claramente o que defende—defende a ideia de ditadura. Defende-a pela pena agul e maleável do sr. Homem Cristo Filho—e isso basta para a considerarmos como um adversário e um adversário que merece ser combatido com a mais persistente das energias.

O sr. Homem Cristo Filho, que se arvorou em defensor do nacionalismo desvaído, é um cérebro onde as ideias não nascem, nem se enraízam. E para elas uma espécie de Avenida Palace: hospeda-as, trata-as principescamente, mas dá-lhes sempre o beijo de Judas e expulsa-as com a vil moeda da traição—a única que até hoje tem circulado pelo seu espírito exclusivamente e amoralmente fiduciário.

O sr. Homem Cristo Filho, é um português—de Paris, escrevendo e pensando em francês, provando assim a verdade daquela afirmação de Voltaire segundo a qual «a nossa pátria existe no lugar onde se está bem».

O director da *Informação* surgiu agora em Portugal, o que é uma garantia segura que cá não está de todo mal—e só assim se explica que ele agora, venha cheio de vivacidade, arvorar-se em português de Portugal escrevendo em português as ideias da *Action Française* e a apologia das violências ferozes de Benito Mussolini. Este defensor da ditadura surge na hora própria, na hora da vitória, na hora da ditadura—o que prova que o sr. Homem Cristo Filho não se deixa arruinar pelas ideias. Se isso estivesse nas suas mãos arruinava-as a todas, perdia-as, descomulgava-as.

Mas, as ideias são tudo e os homens quasi nada... Deixemos portanto em paz o sr. Homem Cristo Filho mais o laro que lhes fez descobrir na sua recente encarnação política, uma mina, cujos filões não tardarão talvez a extinguir-se.

No artigo de fundo a *Informação* na sua densa floresta de palavras, defende «a ressurreição das virtudes heroicas da raça». Defende o absurdo, visto que a civilização actual não se faz com as antigas características psicológicas porque são inadaptáveis aos tempos que decorrem, mas sim com qualidades modernas.

As virtudes heroicas da raça podem sintetizar-se numa crassa e espessa ignorância, num misticismo religioso que receava mais as cóleras das sacerdotisas do que as cóleras divinas; num espírito de aventura,

Let o Suplemento de A BATALHA

NOTAS & COMENTÁRIOS

A pedir bino...

Uma folhinha humilde e submissa como um cordeiro, que se publica ali para os lados da Outra-Banda, além de fazer a apologia da actual situação, badia palmas à nova lei de imprensa. O Sr. Seixas, assim se chama o papetinho, meteteu só pelas ideias que não são má linguagem expende que lhe catassem certo hino expressivo e eloquente que se toca ali nas proximidades—na Arrentela, salvo erro...

Mantendo a ordem...

Relata o correspondente do Mundo que num lugar da província, em Padrões, freguesia de Guitão, realizou-se há dias uma romaria. Quando os romeiros, como é costume, comiam as suas merendas, algumas praças da G. N. R., entendendo que eles deviam comer manjar mais violento provocaram a desordem, a pretexto de manter a ordem, disparando tiros à doida. Do tiroteio resultaram dois mortos e muitos feridos. O caso tem dado que falar, lavrando naquela terra e imediatas a maior indignação contra o procedimento dos guardas. Estes casos são frequentíssimos na província e ainda não mereceram a menor atenção dos governos, quer civis quer militares.

Manifestação eloquente

Primo de Rivera foi recebido em França com manifestações de hostilidade. Anarquistas, comunistas e sindicalistas souberam por essa maneira eloquente não só mostrar a sua antipatia pelas ditaduras, como provar que o amor à Liberdade não tendo desaparecido do seio dos povos não morre pelo facto de transitariamente a reacção desfraldar ao vento a bandeira do triunfo. O ditador espanhol que esperava talvez ser recebido na capital do mundo com vivas e palmas, teve de retirar-se à pressa e clandestinamente.

A propósito de três mortes

Três jornalistas faleceram no decurso desta semana. O terceiro que a morte levou

de vagabundagem e de pilhagem. Mas, para que servem essas «virtudes» agora que não há quiméricas Americas, nem Índias lendarías a descobrir, nem regiões do globo onde se possa exercer aquela pilhagem que Oliveira Martins, o historiador, classificou severamente como «a maior das ignominias. Essas «virtudes» davam o guerreiro e o frade—e na civilização moderna o guerreiro e o padre são elementos subalternos, mesmo na sua perniciosíssima influência.

Proclama a *Informação* que «não havemos de preocupar-nos com fórmulas». Isso encardado através do feito pessoal do seu direito, está certo e é verdade. Mas, sob o ponto de vista político é uma grave escorregadeira que faz rolar para uma ribanceira toda a resvaladiga argumentação do artigo.

Pois não será a ditadura—uma fórmula? E não a defende a *Informação*? Como explicar pois que ela proclame o desprêso pelas fórmulas? Gufte ou grito de irreprimível sinceridade? * * *

A ditadura que a *Informação* defende—é a fascista. Fiquem, pois, o país sabendo que existe, desde ontem, um jornal que quer reduzir o país ao silêncio pela repressão total de todas as liberdades, pelo completo aniquilamento de todos os direitos individuais, com a aplicação dos métodos mais vexatórios e mais ferozes que vão desde o óleo de ricino ao assassinato—métodos aplicados por bandos de autênticos malfetores, recrutados entre as legiões dos degenerados por todos os vícios e dos ensanguentados por todos os crimes.

A propaganda da *Informação* visa a criação dum regime que arvora em sistema a desapareição pela morte dos adversários, num regime que encontrou no cadáver de Mateotti, cortado em pedaços e arrojado a um rio, na destruição de sindicatos e de bibliotecas, na morte violenta de militantes operários—a sua mais eloquente expressão.

Ficam, pois, as vítimas prevenidas, com a devida antecipação. As vítimas chamam-se o povo português, generoso e bom, trabalhador e esmoado, que sempre soube colocar a sua liberdade acima da sua vida.

Roma deixou ao mundo moderno, no seu longo testamento, a ideia de ditadura. Vive enquanto a ideia de ditadura perdurar nos crânios desvaídos e homicidas de certas ansiedades que envergam «paletot»... Assinar

“Os Mistérios do Povo”

NOTAS & COMENTÁRIOS

vai a enterrar hoje no Alto de São João e havia prestado já os seus serviços à Bata, como hábil cronista parlamentar. Há profissões que estão mais expostas aos golpes demolidores da morte. As da imprensa, desde o que escreve, ao que compõe e ao que percorre, numa corrida fatigante, as ruas, sob um rega fatal. Não são muitos os jornalistas, tipógrafos e vendedores de jornais que venham a falecer de morte natural. Investigando bem encontra-se quasi sempre no fundo, como origem do fatal desastre, a profissão impiedosa.



Mais um governo derrubado em França

Os projectos do sr. Caillaux não tiveram o apoio parlamentar

PARIS, 17.—Por ocasião da passagem à discussão dos artigos do projecto financeiro do sr. Caillaux, a Câmara recusou a confiança ao governo, por 283 contra 213 votos.—H.

Quem sucederá, agora?

PARIS, 17.—O governo está demissionário.—H.

O descarado domínio de Roma coloca homens à mercê dum bispo rancoroso

A's consciências superficiais parecerá excessivo que a *Batalha* tão insistentemente se esteja ocupando do conflito criado pelo governador civil (um tal bacharel em direito de nome Vieira Coelho) impedindo por todos os meios violentos ao seu alcance que uma filarmónica, a do Troviscal, exercesse o seu mistério em Coimbra, por ocasião das festas da cidade, de 8 a 13 do corrente mês. E todavia este assunto pelo seu objecto, pela sua significação, pelo precedente estabelecido e de molde o levantar todas as consciências liberais desde as mais tiranas até as bem provadas por mil dificuldades—as dos trabalhadores num protesto unânime e activo de repulsa. Para que os nossos leitores se inteirem bem do facto e da sua interpretação para que estejam apercebidos contra as capciosas insinuações dos vampiros da Liberdade, parece-nos conveniente historiar a questão desde o seu começo.

Em Coimbra constituiu-se, como é costume, uma comissão central para orientar e efectivar as festas da cidade, festas que costumam ter, entre os seus membros, as festas da Rainha Santa.

A essa comissão pertenciam vários membros que ali menos valiam como pessoas do que delegados de várias corporações: havia um representante da Câmara Municipal, outro do Turismo, outro da Sociedade de Propaganda e Defesa de Coimbra, Associação Industrial e Comercial, da mesa da Irmandade da «Rainha Santa», delegados das juntas de freguesia e não sabemos quem mais. Beato, isto católico apostólico romano, que saibamos só havia um: o delegado da Irmandade. Este era beato, porque, de facto, o é, e era beato porque era delegado de um organismo ultramontano. Era um bacharel de nome Sebastião, em Coimbra conhecido por «Sebastião das barbas» por sinal casado, ao que nos dizem com uma filha ou descendente de um denodado liberal—o falecido Abílio Roque de Sá Barreto.

O delegado da Câmara, o vereador Alvaro Moraes, homem da actual situação, aqui expulso neste momento do lugar que ocupava por eleição, mas nomeado pelos senhores generais para uma sincura qualquer na Índia, encarregava o sr. Adão, empregado municipal, de procurar e contratar filarmónicas para as festas que se aproximavam.

O sr. Adão escreveu ao regente da Filarmónica do Troviscal pedindo-lhe que viesse a Coimbra para se fazer o contrato para as festas.

Aquele regente achando extraordinário tal convite e porque não conhecia o sr. Adão, pediu informações para Coimbra. Enquanto estas informações lhe não chegavam, recebia nova carta do mesmo Adão insistindo pela sua vinda.

Como o amigo do regente, entretanto lhe escrevia dizendo-lhe que viesse e que em Coimbra se via o que era, o regente veio.

Na companhia do sr. Olavo, um dos membros da referida comissão central, foi falar com o sr. Adão.

Este disse-lhe que a filarmónica do Troviscal havia agradado muito quando dos últimos festejos da «Rainha Santa» e que muito desejava que ela viesse abalhar-lhe as festas deste ano. Informou-se do preço e demais condições e tudo lhe pareceu muito aceitável.

Entretanto, o vereador Moraes, compadecendo, disse que seria bom que o sr. regente da filarmónica conseguisse licença do bispo para evitar questões.

Obtemperou-lhe o regente que não tinha que pedir coisa alguma ao bispo; que a sua música não ia tocar a nenhum acto religioso; que era isso o que já estava assente com o sr. Adão; que tocando em actos meramente civis das festas, o bispo não tinha o menor direito de se imiscuir.

O vereador Moraes achou tudo muito bem, mas disse que era melhor a comissão conseguir que o bispo não opusesse o menor obstáculo. Iriam consultar o bispo e, depois, escreveriam ao regente da música.

Passado algum tempo enviaram um telegrama para que aquele regente viesse.

Uma vez na presença do sr. Adão este lhe afirmou que o bispo não se demovia, mas que estava pronto a levantar a excomunição à sua música prescindindo de todo o formulário usado em casos semelhantes: que seria bastante que o regente da música do Troviscal, sob sua palavra de honra, declarasse que jamais a filarmónica tocasse em entornos civis!

O regente recusou-se a fazer tal declaração. Ela não só brigava com a sua dignidade, mas até com os estatutos da sua associação. Na verdade, segundo esses estatutos, a música tem que acompanhar, tocando, os funerais dos sócios e alguns destes podem ter nas suas disposições testamentárias que os seus entornos sejam civis.

Além disso, recusar-se a música a tomar parte em entornos civis era praticar um acto de rebeldia contra as leis do Estado português, como um acto de rebeldia tinha sido a condenação do bispo imposta à sua música por ela ter praticado um acto ao abrigo das leis do país.

Lembrando o sr. Adão que talvez o bispo se demovesse ao pedido das pessoas gradas do concelho do Troviscal. O regente afirmou que se essas pessoas, por si, sem que para isso lhe regente empregasse meio algum conseguissem o levantamento da excomunição, não seria ele que se oporia. Se a excomunição em nada lhe pesava, todavia melhor se vivia em sociedade na boa harmonia, do que em constantes peguilhas uns com os outros. Que esse acto do bispo poderia até tornar possível o estabelecimento do culto católico no Troviscal e terras circunvizinhas onde esse culto está banido desde que o bispo excomulgara a música. Ficou combinado que viria uma comissão de Coimbra sugerir aos importantes do Troviscal o pedido ao bispo.

Foi decorrendo o tempo e como o regente visse que coisa alguma se resolvia, o que estava prejudicando a música, porque estava deixando de aceitar contratos, pelo compromisso já tomado de ir tocar a Coimbra, partiu para esta cidade, para saber do que se tratava.

Falando com o sr. Adão, este disse-lhe que nada se podia arranjar.

O sr. Olavo, porém, mais o sr. Adão,

Enquanto os mais graves problemas populares são desprezados, os da Igreja são atendidos imediatamente

Outros indícios que não houvesse, e bem frizantes, para se poder afirmar que a nova situação pensa mais em favorecer as forças reaccionárias e conservadoras, do que as populares e avançadas, o reconhecimento jurídico da Igreja seria um dos maiores.

Acaso os homens da nova situação se preocuparam com problemas gravíssimos, vitais para o país, e que interessam principalmente ao povo trabalhador?

O problema da crise de trabalho, cada mais complicado e mais grave, está-se tornando num verdadeiro pesadelo para o operariado de todo o país, que de norte a sul não tem onde empregar os seus braços. Há inúmeras famílias sem pão. Povoações existem onde a miséria é geral, com as degradações que se lhe sucedem, que vão desde o estender da mão à caridade até à prostituição de mulheres e de crianças. Não há muito tempo que nas colunas de *A Batalha* se descreveu minuciosamente o que é a miséria horrível, originada na crise de trabalho na província do Algarve. E perante esse problema que trouxemos em toda a sua nudez perante os olhos do público, os governos quedaram-se impassíveis. Uma comissão delegada da referida província veio a Lisboa reclamar do governo central medidas urgentes, imediatas. E tudo por enquanto continua no mesmo estado lamentável, senão pior.

Estava naturalmente indicado que o problema da crise de trabalho merecesse os primeiros cuidados governamentais. Não mereceu. Mas em compensação o reconhecimento da personalidade jurídica da Igreja foi imediatamente enunciado, já pelos que ainda antes do seu triunfo assegurado faziam de antemão as suas promessas, já pelos que definitivamente subiram ao poder,

pondo em execução essa promessa. Parece que ao país fazia mais falta o reconhecimento da personalidade jurídica da Igreja do que a resolução da grave crise em que se debate.

O problema da instrução, da instrução popular, principalmente, deveria estar na ordem do dia. O analfabetismo tornou-se assustador, arre-messando a região portuguesa para a infima categoria dos países mais atrasados da Europa. O ensino técnico é escasso e o primário, apesar de pouco, acaba de piorar consideravelmente devido ao encerramento das Escolas Primárias Superiores. Pode dizer-se que os dirigentes da actual situação política apenas se lembraram do ensino para piorá-lo.

Mas apesar do problema do ensino ser um verdadeiro caos, não houve entre as novas competências governativas uma única que se lembrasse de pô-lo em ordem. O reconhecimento jurídico da Igreja estava primeiro. Dar à Igreja uma força imerecida só para contentar as classes conservadoras, as principais culpadas da desorganização em que o país se encontra, foi o primeiro cuidado da situação militar. Mas dar às classes trabalhadoras o alimento espiritual indispensável a um povo civilizado e o alimento material, o do estômago, essencial à vida não mereceram às criaturas que dizem vir salvar a pátria o cuidado de cinco minutos sequer.

Não queremos aludir neste artigo, porque já de sobejo temos discutido esse assunto e a ele nos referimos ainda, às desvantagens que advêm da liberdade de ensino religioso que a nova lei concede. Apenas quizermos bem frisar quanto disparatado é o critério dos homens da actual situação perante os mais graves problemas nacionais.

Um vibrante protesto de Blasco Ibanez contra a glorificação de Primo de Rivera feita pela França no dia do aniversário da tomada da Bastilha

Entre nós, não se pode tocar na situação política de qualquer país—apesar da imprensa desses países quando se refere ao que se passa por cá, o fazer com muita independência e algumas vezes até com flagrante injustiça. Porém a censura entendida que o mundo deve ser destituído de expressão e considerado sagrado e intangível, mesmo quando se lança em deploráveis erros, no quando origina tristes acontecimentos. No geral palaciano Primo de Rivera não se pode tocar, porque a censura não deixa. No entanto em França, no momento em que nesse país se encontrava Primo de Rivera e a pesar das grandes conveniências políticas e económicas da transitória aliança resultante da questão de Marrocos, a imprensa pôde pronunciar-se livremente sobre o ditador de Espanha. A «Humanité» cobriu-o de injunctivas—e nunca as mãos lhe doam e Blasco Ibanez pôde publicar num dos mais importantes jornais de Paris uma carta atacando não só Primo de Rivera como as entidades políticas que actualmente governam a França.

Aproveitamos a circunstância para reproduzirmos o artigo da «Oeuvre» para demonstrarmos, acima de tudo, aos nossos leitores até que ponto é iníquo o critério da censura que não consente apreciações divergentes à política dos outros países:

«Há muito tempo que sou leitor de «L'Oeuvre». Necessito ler o vosso jornal todos os dias, por ser um dos raros jornais verdadeiramente republicanos que ainda existem na República francesa. Sabeis quem eu sou, e julgo que ainda vos lembrais da luta que sustentei contra a tirania militar espanhola—tirania preparada por Alfonso XIII, que, presentemente, sofre as consequências, sendo seu prisioneiro. Durante a guerra, quando eu fazia tudo o que estava ao meu alcance em favor da República francesa, país da grande Revolução, se me tivessem dito que o povo de Paris havia tomado a Bastilha em 1789, para que 150 anos depois um general sempre vencido, como Primo de Rivera—símbolo da ditadura militarista e jesuita que submete a imprensa em Espanha à censura do sabre e que suprimiu todas as leis e todas as liberdades—pudesse assistir pública e oficialmente à festa que, durante anos, celebrou o triunfo da República, em verdade, não o acreditaria. Acabo de escrever aos meus amigos, pedindo-lhes para que façam sentir ao governo da República as consequências terríveis que pode trazer para o seu prestígio moral, a glorificação dum personagem tão grotesco que faz rir a maior parte dos espanhóis, e que apenas se mantém no poder pela força cega das armas. Conheço alguns dos homens do governo, mas não me atrevo a escrever-lhes directamente, porque, há tempo me sinto desorientado—ponto de não saber quem, em França, é republicano e quem o não é. Se não posso lembrar aos homens que governam a República que existem actualmente em Espanha centenas de republicanos presos por terem «conspirado» contra o Directório e sobretudo contra Primo de Rivera! Estes presos são escritores, professores, oficiais

do exército verdadeiramente nacional, cujo crime consiste em desprezar a ditadura, e desejar que o país volte à vida constitucional. Todos estes homens amam a República francesa. Durante a guerra, foram os únicos francófilos da Espanha! E compreendi que profundo golpe representa para todos estes heróis ignorados verem a República, a «sua» República francesa, glorificar, no aniversário mais republicano da sua história, um tirano bêbedo, de quem o próprio rei Alfonso XIII se queria desembaraçar. Não pretendemos que a República francesa não auxilie a fazer a revolução.

Mas em virtude das leis inexpressas da fraternidade superior e da ideia, desejamos que alardeando uma solidariedade, desonrosa para ela, ela não impedissem de reconquistar as nossas liberdades. Que aconteceria se os espanhóis amigos e admiradores da República francesa perdessem a fé que têm nela? Há no mundo mais republicanos do que os franceses julgam. Mas que queirais que estes republicanos respondam aos propagandistas adversários da França que afirmam, a todos os momentos, que ela não passa dum imperialismo dissimulado, enquanto virem a mais republicana das vossas festas dedicada ao ditador militar de Espanha?

E eu, que sou um dos mais dedicados amigos da França, e que a continuarei a amar até ao último dia da minha vida, acho que o meu fervor por ela se vai transformando pouco a pouco em tristeza e em compaixão. Recio encontrar-me na mesma situação moral em que se encontram alguns escritores italianos, ingleses, e doutros países que eu conheci, durante a guerra, animados dum entusiasmo pela França, igual ao meu e, que hoje, vão renegando esse entusiasmo, o abandonaram como uma flor, cada dia mais pálida e quasi esquecida... Compreendo que os homens do governo francês estejam neste momento muito preocupados com a situação económica do país mas não é uma razão para permitir que a tirania espanhola se revista dum reputação de honorabilidade à vossa custa, justificando o seu despotismo ao afirmar ao povo espanhol que a República francesa aplaude essa ditadura.

Não desejo alongar inutilmente esta carta. O que acabo de vos dizer resume o sentir de centenas de milhares de espanhóis que não podem exprimir as suas ideias num país onde a imprensa não existe.

Primo de Rivera governa, em monólogo. Diz o que quer e não autoriza a que o desmintam. Sabeis que, hoje em Espanha, ninguém pode publicar um jornal ou um livro sem consentimento da censura—mas abjecta do que nenhuma outra. Primo de Rivera afirma que em Paris sucede o mesmo. Não há censura militar—diz ele, mas há o dinheiro. E fez correr em Espanha que o Directório gastou 600.000 pesetas em Paris «para preparar na imprensa a viagem de Alfonso XIII».

Os amigos do Directório espanhal esta afirmação com prazer, porque, como bons germanófilos encontram nisto uma forma de desonrar a República francesa. E os nossos amigos, por outro lado, também a



SALVEMOS SACCO E VANZETTI!

Um vibrante apelo de Eugene V. Debs a toda a classe operária do mundo

O Supremo Tribunal do estado de Massachusetts falou, enfim, Bartolomeu Vanzetti e Nicola Sacco, dois dos mais denodados e melhores campeões da causa operária, têm de ir para a cadeira eléctrica. Não surpreende a decisão desse tribunal judicial do capitalismo. Concorde ela perfeitamente com a farsa trágica que foi todo o julgamento destes dois trabalhadores tão absolutamente inocentes, brutalmente perseguidos.

A evidência no julgamento destes dois homens, acusados de um crime em que foram tão alheios como eu, não teria sido bastante para que se condenasse qualquer outro que não fosse um «agitador operário estrangeiro», em meio da loucura hidrófoba que surgiu da guerra mundial. Em qualquer outro caso, as testemunhas perjuradas, improvisadas à ordem, repetidas vezes apresentadas aos juizes, dos quais ficaram bem conhecidas, teriam resultado numa prova indubitável de inculpação. Não se teria condenado um cão vadio com a mesma falta de vergonha que serviu à condenação dos tais «viciados radicais estrangeiros».

Sacco e Vanzetti foram enredados num trama e condenados em obediência a um princípio. Todas as provas testemunhais que se puderam reunir para afirmar a inocência, de modo a não deixar dúvidas, não salvaram os dois operários das garras dos juizes. O juiz, que presidiu ao julgamento, fechou-se na sua teimosia e não houve meio de demovê-lo. Tinha de haver um criminoso. Assim, estava ordenado pelos poderosos. E não se concede novo julgamento, a menos que o satânico poder das testemunhas perjuradas e a podridão enorme das acções apareça em fortíssimas náuseas, a despeito da conjura da imprensa para manter o público na ignorância de todos estes desgraçados e condenáveis factos.

A parte do carácter repugnante do julgamento, que podia e devia ter-se efectuado em quinze minutos nesse tribunal supremo da classe capitalista, a bárbara crueldade e refinada barbaridade dos altos e baixos tribunais pode conhecer-se na insólita tortura infligida durante seis longos e angustiosos anos, sobre as desamparadas, indefesas e captivas vítimas.

Teria sido misericórdioso, em última análise, que os queimassem em azeite fervido, ou sobre pilas de madeira, ou desconjurados os ossos no suplicio da roda, quando fossem presos como penhor da ansia por vingança sentida pelos compradores de escravos, que gosavam selvaticamente com o trabalho das crianças, que nunca perdoariam a um «agitador» rigidamente honesto para que se deixasse subornar, demasiado corajoso para que se intimidasse, tão intrépido que ninguém o suprimiria.

E, por isso, unicamente, é que os malfestados das fábricas de tecidos de Massachusetts urdiram o trama contra Sacco e Vanzetti, fecharam-nos em um cárcere, sentenciaram-nos ao assassinato em mãos dos esbirros judiciais e doutra espécie.

Apelo para todos os homens e todas as mulheres, trabalhadores da América, que pensem nestes seus dois camaradas leais, honestos, corações sem mácula, irmãos nossos, nesta hora solenne em que eles se defrontam com uma ignominiosa sentença.

Os tribunais capitalistas de Massachusetts tiveram-nos no segredo dia e noite, devorando-nos o corpo e torturando-nos a alma, durante seis intermináveis anos, para afinal ser-lhes dado o golpe de misericórdia, o golpe despedaçado, no desejo de levá-los à sepultura como ladrões e assassinos!

Quizera que em meu poder estivesse, que o juiz e todos os mascarados do grande tribunal sofressem um dia só essa tortura agonizante, essa miséria implacável, essa cruzada infinita que infligiram, eles próprios, corações empedernidos de «calmos e serenos juizes», durante seis anos, a Sacco e a Vanzetti!

Talvez, um dia, estes logados e solenes servidores dos poderes governamentais tenham de expiar o crime vergonhoso contra a inocência que agora vão praticar invocando a justiça! Pronunciaram a liquidação das suas vítimas e a imprensa declarou que se havia soltado a última palavra. Eu nego!

Ha uma outra voz que deve ser escutada, todavia, e essa é a voz da ultrajada classe operária. Chegou, pois, a hora de os trabalhadores se manifestarem, de o movimento operário se decidir em última instância, de proclamar, finalmente: **Sacco e Vanzetti estão inocentes! Não devem morrer!**

Permitir que os dois intrépidos militantes operários pereçam como dois criminosos seria uma desgraça para a causa dos trabalhadores. As inumeráveis crianças das gerações futuras se envergonhariam de seus pais e de seus avós, e nunca esqueceriam a nossa poltrona.

Não pode admitir-se possível, não quero eu admitir como possível, que os trabalhadores americanos desartassem, atraíssem e entregassem aos verdugos dois homens que nunca fraquejaram na luta, sinceramente dedicados à causa dos trabalhadores, Sacco e Vanzetti, cuja supressão foi ordenada pelos implacáveis inimigos dos trabalhadores.

É tempo de todos os trabalhadores se erguerem e se unirem como um só homem para reivindicar a sua honra afrontada, para fazer sentir o seu amor próprio e conhecer a sua vontade de que, apesar do que decidam os tribunais vigiados pelos capitalistas de Massachusetts, operários honestos e inocentes, cujo crime é unicamente a sua inocência de todo o crime e a sua lealdade para com a causa dos trabalhadores, não devem ser assassinados por esbirros do poder incorporados que governam e tiranizam.

Não importa que ocupação absorva o trabalhador, qual a sua teoria ou crença, a que organização ou partido pertença, a causa é suprema para todos e o apelo clama que todos se unam, ombro a ombro, em cada estado e por toda a nação, num protesto formidável contra a consumação de um baixo e condenável crime contra o trabalho, em qualquer ensejo, no orgulhoso estado de Massachusetts.

Mil comícios de protesto se organi-

zem já onde quer que se possa protestar contra o premeditado assassinio.

Milhões de cartas ressentindo indignação chegaram ao despacho do governador de Massachusetts e aos membros da Câmara dos Representantes e dos Senadores dos Estados Unidos.

Só isto, só um extenso protesto, salvará Sacco e Vanzetti. Não podemos furtar-nos ao dever para com os nossos martirizados camaradas, a nossa causa, a justiça e a humanidade, sem que nos tornemos criminosos de traição à nossa personalidade e de ultraje às nossas próprias almas.

Levantenmo-nos, milhões de trabalhadores da nação e juremos todos, por tudo que nos seja sagrado na causa do trabalho, da verdade, da justiça, e em todos os bons sentimentos, que Sacco e Vanzetti, irmãos nossos e meus, tão inocentes como nós todos, não devem ser iniquamente assassinados para saciedade da vingança de uma quadrilha de plutocratas traficantes de escravos.

Eugene V. DEBS

União dos Sindicatos Operários do Faro

Reuniu o conselho de delegados, o qual apreendeu entre vários expedientes, um circular da C. G. T. sobre os camaradas Sacco e Vanzetti, resolvendo convidar os organismos locais, a assinarem um protesto a enviar ao representante dos E. U. A. em Portugal, reclamando contra a iniqua condenação dos referidos camaradas.

União Textil

A direcção aprovou um protesto contra a condenação de Sacco e Vanzetti, tendo resolvido comunicar este protesto, em officio, ao ministro da América em Lisboa.



Do estatuto confederal

CAPÍTULO I

DOS OBJECTIVOS

Artigo 1.º — A Confederação Geral do Trabalho constituiu-se com os seguintes objectivos:

1.º — O agrupamento, sob a base federativa autónoma, de todos os trabalhadores assalariados no país, para a defesa dos seus interesses económicos, sociais e profissionais, pela elevação constante da sua condição moral, material e física.

2.º — Desenvolver, fora de toda a escola política ou doutrina religiosa, a capacidade do operariado organizado para a luta pelo desaparecimento do salário e do patronato, e posse de todos os meios de produção;

3.º — Manter as mais estreitas relações de solidariedade com as Centrais dos outros países, para a ajuda mútua, numa comum inteligência, que conduza os trabalhadores de todo o mundo à sua emancipação integral da tutela opressiva e exploradora do capitalismo.

INSTRUÇÃO

Pela pasta da Instrução foi ontem para o Diário do Governo um decreto-lei criando na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto um Instituto de Investigação Científica de História da Matemática Portuguesa e nomeado seu director o reitor honorário da Universidade, dr. sr. Francisco Gomes Teixeira.

Na Escola Central n.º 11

Como nos anos anteriores têm lugar hoje, pelas 13 horas, as festas dedicadas aos alunos da Escola Central n.º 11, rua Sára de Matos, 161, às Trinas, pelos seus professores.

O programa das festas consta duma sessão solene; exposição de trabalhos escolares; recitação de poesias por diversos alunos; cânticos populares pelo grêdo da escola sob a direcção do professor Manuel Subtil; exercícios de educação física e ginástica sueca, sob a direcção do director da escola sr. António dos Santos Tenreiro; distribuição de donativos e de diplomas aos alunos da 4.ª classe.

Aos alunos será distribuído um pequeno «lunch» que foi oferecido pela Junta de Freguesia da Lapa e pelos alunos do Colégio Arrigada.

Os piratas no Oriente

assaltam e roubam um navio

HONG-KONG, 17. — Os piratas levaram a efeito mais um assalto, tendo abordado o navio chinês Kwanglo, do qual levaram 20.000 libras. — (L.)

Os piratas abandonam o roubo e ficam os passageiros de reféns

HONG-KONG, 17. — O navio chinês assaltado pelos piratas foi conduzido a um porto secreto comandado pelo próprio capitão que a isso foi obrigado de pistola em punho. Depois de desembarcada a carga no valor de 20.000 libras, o navio foi libertado, ficando, porém, os piratas, com seis passageiros chineses como reféns. — (L.)

Horário de trabalho

As disposições legais

A secção editorial de A Batalha acaba de editar, em folheto, o decreto 33.6, de 7 de Maio de 1919 e respectivo regulamento publicado no Diário do Governo de 30 de Maio sobre o horário de trabalho, sendo o seu preço avulso de 33.

Aos sindicatos que desejem adquirir quantidade faz-se um abatimento de 50 p e cento em pacotes de 50 folhetos.

Pedidos à administração de A BATALHA

A grave situação da república grega sob o governo de Pangalos

Pangalos, o ditador grego, nem por eufonia se deve confundir com o imperiturbável optimismo de Voltaire. Pangalos foi o regenerador da Grécia — e dizemos que foi porque o glorioso general declarou-se na última fase da sua obra imorredoura. Pangalos derrubou os políticos que haviam corrompido a Grécia — e empreendeu a meia-volta da nação para a magestosa austeridade. Contudo, Pangalos não quis que revivesse a tónica que foi apançada nas eras plásticas — porque a sífilis inutilizara a plasticidade dos gregos — e proibiu às mulheres o uso da saia curta, das mangas curtas, dos cabelos curtos, de tudo que não fosse de respeitável comprimento.

E Pangalos não se deteve um momento na sua obra de engrandecimento da Grécia. Estando regenerada a nação, Pangalos já não vê perigo algum no regresso dos políticos à governação pública. Demos a feliz notícia já há alguns dias; uma notícia decalcada das informações publicadas na imprensa estrangeira.

E outra vez recorremos aos jornais estrangeiros para melhor pormenorizar a informação que demos.

A reviravolta de Pangalos, o seu apelo urgente aos políticos, tem explicação no fracasso das negociações entabuladas com a Inglaterra, para a liquidação das dívidas gregas em condições satisfatórias. Tornou-se impossível ao general Pangalos a contracção de empréstimos no estrangeiro, do que resultou o incessante agravamento da situação financeira da república. Todas as classes sociais do país foram murmurando o seu protesto contra a falta de estratégia política do general ditador. A oposição tornou-se tão forte que os próprios jornais fascistas de Itália, talvez por reflexo da rivalidade italiana para com a Grécia, afirmavam ter o ditador toda a opinião nacional contra si.

A crise da ditadura na Grécia começou quando o general Pangalos se lembrou de procurar a revogação do acordo, feito com a Inglaterra com o governo que lhe precedeu, segundo o qual toda a marinha de guerra grega ficava sob a directa fiscalização e vigilância das esquadras britânicas.

A propósito, o Times chegou a dizer, e nisto se transpareciam as intenções dos ingleses:

— Um pequeno país, como a Grécia, empobrecido, coberto de pesadas dívidas, lavrado por encarniçadas lutas políticas, não pode ter a veleidade de dispensar o concurso da nação britânica...

Sobre a república grega recai o «gachis» económico, ao qual não resistem as nações mais poderosas — como, por exemplo, a França — e a Grécia necessitava, no dizer da imprensa, de um estadista assombroso, em vez de ditadores sem envergadura.

Quando estava em vespas de conflito bélico com a Turquia, por causa do litígio de Mossul, as esquadras inglesas concentravam-se nos portos gregos. Houve, então, a esperança de que a Inglaterra atenuasse as suas exigências de modo a facilitar a regularização da dívida. Os ingleses quiseram unicamente o concurso momentâneo de um piloto para dobrar o cabo tormentoso de Mossul — e, uma vez conseguido o seu intento, dispensaram logo o piloto.

A pressão inglesa subsiste. No verão do ano corrente, a esquadra do Mediterrâneo não fundeará em portos gregos, indo fazer a sua base de manobras em portos inglosovi e italianos. A Grécia deixará de receber mais de cem mil libras, que era quanto lucrava, cada ano, com a permanência em seus portos, de sessenta navios de guerra.

Não podendo, pois, enfrentar a gravíssima situação financeira do seu país, o ditador Pangalos vai confiar aos políticos o complemento da sua obra de salvação nacional. O general acaba por onde começou, sem ter percorrido caminho longo. Como explicar este facto? Disse Pangalos, num discurso que os jornais ingleses lhe atribuem:

— É urgente remodelar a vida nacional. A nação vai regressar à legalidade constitucional, mas necessário se torna que a ditadura se não desacredite na sua queda. A experiência está demonstrando que a Grécia não pode viver sem o equilíbrio que só lhe pode dar um regime fiscalizador. As opiniões da nação, mesmo as da minoria da nação, devem ser tidas em conta.

Os acontecimentos, porém, precipitam-se. Nenhum político se sente capaz de arrotar com a situação. Zafrianos acaba de declinar o encargo de formar gabinete. Pangalos busca um sucessor...

LEIAM A'MANHÃ

Suplemento semanal DE A BATALHA

SUMÁRIO:

Luta de Pígeus, por Ladislau Batalha.

Barbaridade que ressuscita, por Alfredo Marques.

As touradas e a sua extinção.

A escravidão da mulher, por Adriano Botelho.

As penas de morte, pelo Reporter X.

Sombras remotas, por Eugénio Navarro.

O fardo da liberdade, (Comédia em 1 acto), por Tristan Bernard.

O estado actual do abolicionista na Alemanha.

O que todos devem saber (com gravuras).

Chico, & Zecas (com gravuras).

Pregão de revolta

Carta-protesto, em verso, dirigida ao presidente do ministério contra as deportações.

Preço 1\$00; pelo correio, 1\$20; registado, 1\$50. Pedidos à administração de A Batalha.

Os ferroviários do Sul e Sueste vão apresentar ao governo algumas das suas mais importantes reclamações

A Comissão Delegada dos Ferroviários do Sul e Sueste vai entregar ao Ministério do Comércio e Comunicações uma extensa representação, na qual se pede que sejam atendidas várias reclamações.

Para melhor elucidação dos leitores pasamos a publicar a referida representação que será, segundo nos consta, assinada por muitas centenas de ferroviários:

Ex.º Sr. Ministro do Comércio e Comunicações. — Excelência: — Neste momento em que as realizações práticas constituem o único verbo que a opinião pública deseja ver conjugado, os ferroviários do Sul e Sueste, a grande massa trabalhadora da maior rede ferroviária do Estado, o todo dos componentes duma classe, vem perante o Governo da República Portuguesa, representado na pessoa de v. ex.º, por nosso intermédio, manifestar o desejo ardente de que justiça inteiramente se lhes faça e que solução digna e completa seja também dada às reclamações que em nome dos ferroviários do Sul e Sueste a v. ex.º já foram apresentadas, como resultado do movimento nacional de 28 de Maio último e que haviam sido previamente incluídas no programa inicial desse movimento.

Não pretendemos nós, não pretendemos os ferroviários do Sul e Sueste, que de qualquer modo o Governo faça a mais leve concessão, que não esteja apoiada num forte espírito de justiça.

Sómente pretendemos, eles e nós, que a acção do Governo em relação aos ferroviários do Sul e Sueste, se manifeste em favor dum objectivo de interesse geral, representado pelas conveniências do país e pelos interesses do pessoal, não só do Sul e Sueste, como do Minho e Douro, na parte que lhes diz respeito.

Três são as questões pendentes da resolução do Governo e que respeitamos os Caminhos de Ferro do Estado. A importância de qualquer delas é bastante para que v. ex.º lhes dispense imediatamente a atenção e o estudo que merecem. A primeira, representada pelo inquérito que o coronel de engenharia, ex.º sr. António Alfredo de Magalhães Correia, foi encarregado de fazer, aos actos dos engenheiros srs. Pinto Teixeira, Plínio Silva e José de Jesus Pires, respectivamente, Administrador Geral dos Caminhos de Ferro do Estado, Director e Sub-Director do Sul e Sueste, tem uma importância moral tão elevada, que se impõe um procedimento enérgico por parte do Governo, para que a honra duma classe e a dignidade do Poder, não fiquem conspurcadas.

O inquérito foi ordenado por um antecessor de v. ex.º e as suas conclusões têm de traduzir um espírito de justiça tão acentuado, que nem a moral, nem a disciplina, podem de qualquer forma ser feridas.

No dia 10 do corrente, terminou o prazo para os depoimentos perante o sindicante. Sabemos-nos nós, sabemos no todos os ferroviários do Sul e Sueste, que nesse inquérito dupezeram muitos agentes ferroviários, entre eles alguns srs. engenheiros e outras entidades superiores. Ao sindicante forneceram todos os depoimentos, elementos mais que suficientes para uma averiguação conscienciosa e completa, ficando por esta forma satisfeita uma das intenções que animou o governo ao determinar o afastamento dos agentes agora sindicados e ficou estabelecida a base para um procedimento solidamente fundamentado na eloquência dos próprios factos.

Estão pois ressaltados todos os pruridos de ordem moral que no início desta questão surgiram. O pessoal ferroviário do Sul e Sueste, porém, é que não pode deixar de pedir atenção a v. ex.º, sr. ministro, para um dos mais graves aspectos desta questão, qual é o aspecto disciplinar e moral que ela tem.

O inquérito, sr. ministro, terá conclusões suficientes para v. ex.º fazer justiça aos ferroviários, demittindo os três engenheiros agora sindicados, estamos disso convencidos, todavia, mesmo que assim não fosse, o procedimento tomado por esses senhores no meio ferroviário contra o pessoal, os atropelos à lei, que cometeram, a acção de política pessoal que realizaram, as apreciações que todos esses factos os sujeitaram diminuiram-lhe consideravelmente a autoridade moral em que estavam investidos para continuarem a exercer os encargos que ocupavam. Certamente que v. ex.º, sr. ministro, não consentiria que o prestígio da Administração Geral e da própria Direcção, ficassem abalados perante o pessoal ferroviário, com a reatada de três entidades, cuja autoridade moral perante os seus subordinados, está perdida. Como poderiam esses senhores administrar disciplina numa corporação de milhares de homens, quando os seus actos deram lugar aos mais eloquentes protestos, acabando por serem acusados oficialmente pelos seus próprios subordinados? Certamente que de modo nenhum. Os srs. Pinto Teixeira, Plínio Silva e José de Jesus Pires, estão presentemente colocados numa posição de incompatibilidade moral e disciplinar, com o pessoal ferroviário, com os seus colegas e até com as funções dos cargos que exerceram.

A demissão destes senhores que foi inicialmente pedida pela classe ferroviária do Sul e Sueste, é o único acto de justiça, de Lógica e de Conveniência Moral que se impõe perante os próprios factos, acto que ainda agora reclamamos em nome da classe ferroviária do Sul e Sueste, cujos desejos se traduzem nesta mensagem, que vai acompanhada duma eloquente manifestação escrita, dos seus componentes.

A v. ex.º, sr. ministro, podemos garantir, sob nossa palavra de honra, que as únicas vozes discordantes com o sentir da classe ferroviária do Sul e Sueste, são as daqueles que sempre dependeram do favor puramente pessoal dos engenheiros afastados, que deles receberam escandalosa protecção, que usufruíram o privilégio de situações ilegais e atentatórias da moral colectiva duma classe, ou ainda daqueles que sendo seus correligionários políticos, pretendem neste momento prestar-lhe uma solidariedade que é condenável, que visa a colocar perante o governo as conveniências políticas sobre os interesses duma classe.

Tão comprometidos estamos, sr. ministro, do que perante v. ex.º afirmamos em nome dos ferroviários do Sul e Sueste, que como depoentes que também fomos no inquérito que vem de se fazer, que ousamos recordar a v. ex.º a conveniência de nos mandar aplicar as sanções da lei logo que os factos averiguados com imparcialidade e justiça, provem o contrário do que afirmamos nesse inquérito ou do que afirmamos nesta mensagem.

A segunda questão, é representada pelas reclamações colectivas, que foram devidamente organizadas dentro dos intuitos do movimento de 28 de Maio, muito antes da sua eclosão, e que oficialmente foram pela primeira vez entregues ao antecessor de v. ex.º e ultimamente ao general sr. Gomes da Costa, quando presidente do governo de que v. ex.º fazia parte, que garantiu aos ferroviários o seu estudo e solução. Essas reclamações, apoiadas na necessidade de dar ao pessoal das linhas do Estado uma mais segura garantia de estabilidade económica, moral e técnica a fim de a nova situação obter desta classe uma compensação grande em favor do desenvolvimento da própria rede, merecerão de v. ex.º uma atenção especial, por quanto depende da boa aplicação da justiça, um útil esforço voluntário, o pessoal saberá corresponder à atitude do governo, com uma atitude que se amolde às circunstâncias materiais do país. Nessas reclamações, não encontra v. ex.º uma única petição injusta, porque muitas delas visam a fazer terminar os privilégios até agora existentes e as situações de favoritismo, que escandalosamente foram criadas.

A terceira e última questão, é a que diz directamente respeito à orientação técnica e administrativa dos serviços ferroviários, e à aplicação da disciplina ao pessoal.

Não nos preocupa que os dirigentes ferroviários sejam deste ou daquela falange, que procedam deste ou daquele partido, que sejam militares ou civis, porque os ferroviários soberaram sempre, em todas as conjuncturas, cumprir os seus deveres profissionais, mantendo-se disciplinados. O que preocupa os ferroviários do Sul e Sueste e a nós seus representantes, é a honrabilidade, a competência material e a envergadura moral desses dirigentes.

Julgamos, sr. ministro, indispensável, que o Sul e Sueste não continue sendo uma arena de cabriolas políticas e que os seus dirigentes sejam nos seus cargos, apenas e unicamente, técnicos e administradores, de modo a que a disciplina seja aplicada com equidade, respeitando-se a lei e as disposições regulamentares por que se regem os Caminhos de Ferro.

Sendo estes os nossos desejos e os do pessoal que representamos, não hesitamos em significativos para habilitarmos v. ex.º, sr. ministro, a conhecer das intenções da classe ferroviária do Sul e Sueste que legitimamente representamos.

A Comissão Delegada dos Ferroviários do Sul e Sueste

tro, do que perante v. ex.º afirmamos em nome dos ferroviários do Sul e Sueste, que como depoentes que também fomos no inquérito que vem de se fazer, que ousamos recordar a v. ex.º a conveniência de nos mandar aplicar as sanções da lei logo que os factos averiguados com imparcialidade e justiça, provem o contrário do que afirmamos nesse inquérito ou do que afirmamos nesta mensagem.

A segunda questão, é representada pelas reclamações colectivas, que foram devidamente organizadas dentro dos intuitos do movimento de 28 de Maio, muito antes da sua eclosão, e que oficialmente foram pela primeira vez entregues ao antecessor de v. ex.º e ultimamente ao general sr. Gomes da Costa, quando presidente do governo de que v. ex.º fazia parte, que garantiu aos ferroviários o seu estudo e solução. Essas reclamações, apoiadas na necessidade de dar ao pessoal das linhas do Estado uma mais segura garantia de estabilidade económica, moral e técnica a fim de a nova situação obter desta classe uma compensação grande em favor do desenvolvimento da própria rede, merecerão de v. ex.º uma atenção especial, por quanto depende da boa aplicação da justiça, um útil esforço voluntário, o pessoal saberá corresponder à atitude do governo, com uma atitude que se amolde às circunstâncias materiais do país. Nessas reclamações, não encontra v. ex.º uma única petição injusta, porque muitas delas visam a fazer terminar os privilégios até agora existentes e as situações de favoritismo, que escandalosamente foram criadas.

A terceira e última questão, é a que diz directamente respeito à orientação técnica e administrativa dos serviços ferroviários, e à aplicação da disciplina ao pessoal.

Não nos preocupa que os dirigentes ferroviários sejam deste ou daquela falange, que procedam deste ou daquele partido, que sejam militares ou civis, porque os ferroviários soberaram sempre, em todas as conjuncturas, cumprir os seus deveres profissionais, mantendo-se disciplinados. O que preocupa os ferroviários do Sul e Sueste e a nós seus representantes, é a honrabilidade, a competência material e a envergadura moral desses dirigentes.

Julgamos, sr. ministro, indispensável, que o Sul e Sueste não continue sendo uma arena de cabriolas políticas e que os seus dirigentes sejam nos seus cargos, apenas e unicamente, técnicos e administradores, de modo a que a disciplina seja aplicada com equidade, respeitando-se a lei e as disposições regulamentares por que se regem os Caminhos de Ferro.

Sendo estes os nossos desejos e os do pessoal que representamos, não hesitamos em significativos para habilitarmos v. ex.º, sr. ministro, a conhecer das intenções da classe ferroviária do Sul e Sueste que legitimamente representamos.

A Comissão Delegada dos Ferroviários do Sul e Sueste

CRISE DE TRABALHO

Em Faro

FARO, 16. — A crise de trabalho tem-se agravado de uma forma assustadora, encontrando-se uma grande parte do operariado das várias indústrias, uns sem trabalho e outros a trabalho reduzido. É bastante lamentável a atitude inconsciente de uma parte dos operários que se têm sujeitado à baixa de salários e com a agravante de aceitarem a imposição de alguns industriais, trabalhando nove e dez horas, com menos consideração pela sua situação e pela dos que não têm trabalho.

Nas obras do palácio do sr. Fialho é onde mais se tem feito sentir a ignóbil exploração, pois que, apesar de se terem baixado os salários por várias vezes, sem um movimento de repulsa por parte dos operários, ainda se verifica, que nas últimas semanas o pessoal canteiro, com receio do despedimento, aceitou a condição de passar a trabalhar de madrugada, não podendo durante a semana fazerem mais do que um limite de trabalho.

Esta situação, que é a consequência do egoísmo anteriormente revelado pelos operários, só fará contribuir para que mais rapidamente se façam sentir os efeitos da crise.

A ordem está assegurada, a tranquilidade é absoluta em todo o país — dizem todos os dias, os comunicados oficiais. Disso estavam todos convencidos e cada um se entregava com tranquilidade ao seu trabalho para assim ter assegurada a subsistência. Contudo, sem que se saiba porque, as brigadas de polícia dedicaram-se repentinamente a vasculhar a cidade, prendendo operários às dezenas. Ao cuidar de saber o rol dos presos, esbarrámos com a fisionomia esfingica da polícia. Com algum trabalho lá averiguámos que foram para a esquadra do Caminho Novo, onde ficaram incomunicáveis, os seguintes operários:

João Marques, Júlio do Carmo, António Gonçalves, Inácio Botas, José de Sousa Dias, Eduardo Alves, Manuel Bento, e Manuel Lima Amaro.

Outros operários se encontram em várias esquadras, igualmente incomunicáveis. Ser-nos-há permitido inquirir do motivo destas prisões? Ainda que fiquemos sem resposta...

A polícia prende dezenas de operários

A ordem está assegurada, a tranquilidade é absoluta em todo o país — dizem todos os dias, os comunicados oficiais. Disso estavam todos convencidos e cada um se entregava com tranquilidade ao seu trabalho para assim ter assegurada a subsistência. Contudo, sem que se saiba porque, as brigadas de polícia dedicaram-se repentinamente a vasculhar a cidade, prendendo operários às dezenas. Ao cuidar de saber o rol dos presos, esbarrámos com a fisionomia esfingica da polícia. Com algum trabalho lá averiguámos que foram para a esquadra do Caminho Novo, onde ficaram incomunicáveis, os seguintes operários:

João Marques, Júlio do Carmo, António Gonçalves, Inácio Botas, José de Sousa Dias, Eduardo Alves, Manuel Bento, e Manuel Lima Amaro.

Outros operários se encontram em várias esquadras, igualmente incomunicáveis. Ser-nos-há permitido inquirir do motivo destas prisões? Ainda que fiquemos sem resposta...

A polícia prende dezenas de operários

A ordem está assegurada, a tranquilidade é absoluta em todo o país — dizem todos os dias, os comunicados oficiais. Disso estavam todos convencidos e cada um se entregava com tranquilidade ao seu trabalho para assim ter assegurada a subsistência. Contudo, sem que se saiba porque, as brigadas de polícia dedicaram-se repentinamente a vasculhar a cidade, prendendo operários às dezenas. Ao cuidar de saber o rol dos presos, esbarrámos com a fisionomia esfingica da polícia. Com algum trabalho lá averiguámos que foram para a esquadra do Caminho Novo, onde ficaram incomunicáveis, os seguintes operários:

João Marques, Júlio do Carmo, António Gonçalves, Inácio Botas, José de Sousa Dias, Eduardo Alves, Manuel Bento, e Manuel Lima Amaro.

Outros operários se encontram em várias esquadras, igualmente incomunicáveis. Ser-nos-há permitido inquirir do motivo destas prisões? Ainda que fiquemos sem resposta...

A polícia prende dezenas de operários

A ordem está assegurada, a tranquilidade é absoluta em todo o país — dizem todos os dias, os comunicados oficiais. Disso estavam todos convencidos e cada um se entregava com tranquilidade ao seu trabalho para assim ter assegurada a subsistência. Contudo, sem que se saiba porque, as brigadas de polícia dedicaram-se repentinamente a vasculhar a cidade, prendendo operários às dezenas. Ao cuidar de saber o rol dos presos, esbarrámos com a fisionomia esfingica da polícia. Com algum trabalho lá averiguámos que foram para a esquadra do Caminho Novo, onde ficaram incomunicáveis, os seguintes operários:

João Marques, Júlio do Carmo, António Gonçalves, Inácio Botas, José de Sousa Dias, Eduardo Alves, Manuel Bento, e Manuel Lima Amaro.

Outros operários se encontram em várias esquadras, igualmente incomunicáveis. Ser-nos-há permitido inquirir do motivo destas prisões? Ainda que fiquemos sem resposta...

A polícia prende dezenas de operários

A ordem está assegurada, a tranquilidade é absoluta em todo o país — dizem todos os dias, os comunicados oficiais. Disso estavam todos convencidos e cada um se entregava com tranquilidade ao seu trabalho para assim ter assegurada a subsistência. Contudo, sem que se saiba porque, as brigadas de polícia dedicaram-se repentinamente a vasculhar a cidade, prendendo operários às dezenas. Ao cuidar de saber o rol dos presos, esbarrámos com a fisionomia esfingica da polícia. Com algum trabalho lá averiguámos que foram para a esquadra do Caminho Novo, onde ficaram incomunicáveis, os seguintes operários:

João Marques, Júlio do Carmo, António Gonçalves, Inácio Botas, José de Sousa Dias, Eduardo Alves, Manuel Bento, e Manuel Lima Amaro.

Outros operários se encontram em várias esquadras, igualmente incomunicáveis. Ser-nos-há permitido inquirir do motivo destas prisões? Ainda que fiquemos sem resposta...